

A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso

The truth on journalism: Relations between its practice and discourse

Sabrina Franzoni, Daiane Bertasso Ribeiro, Sílvia Saraiva de Macedo Lisboa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos 2705, 2º andar, Bairro Santana.
90035-007, Porto Alegre, RS, Brasil

sabrinafranzoni@yahoo.com.br, daiabertasso@yahoo.com.br, lisboasilvia@gmail.com

Resumo. Este artigo se propõe a pensar teoricamente as relações que o jornalismo estabelece com a verdade, partindo desta noção em Foucault. A reflexão centra em como o jornalismo constrói estratégias discursivas que criam efeitos de verdade na leitura dos fatos e nos relatos dos acontecimentos do mundo. O discurso jornalístico se enuncia como essencialmente verdadeiro, embora seja constituído pela articulação de um conjunto de práticas, regras e valores que condicionam a sua construção discursiva. A discussão sobre a “verdade” permite compreender a complexidade e as particularidades do jornalismo enquanto uma prática discursiva que repercute no conhecimento social da realidade.

Palavras-chave: jornalismo, noção de verdade, discurso, conhecimento social da realidade.

Abstract. This article proposes a theoretically approach over the relations that journalism establishes with the concept of truth. The notion of truth in Foucault leads the debate. This reflection centers on how journalism builds discursive strategies that produces effects of truth on its reports. The journalist discourse presents itself as truthful, although its constructive discourse of the world is a result of rules, practices and values. The debate of “truth” allows us to comprehend the complexity and particularities of journalism as a discursive practice that has reflection in the social knowledge of reality.

Key words: journalism, notion of truth, discourse, social knowledge of reality.

Introdução

A legitimação do jornalismo enquanto instituição social está fortemente calcada na ideia de que seu papel é retratar fielmente a realidade. Essa construção discursiva, oriunda de todo um esforço empreendido no final do século XIX, para desvincular a imprensa da política e baseá-la no relato de fatos, foi a promotora da formação de um novo código deontológico que levaria o jornalismo a ser identificado com valores até hoje a ele associados, como a verdade, a independência, a objetividade e a noção de serviço público (Traquina, 2005, p. 34).

Sob o enfoque da Análise do Discurso, concepção adotada neste artigo, apontamos que o jornalismo, enquanto uma prática discursiva, se estabelece por meio de um contrato de leitura¹. Esse contrato, firmado pelo jornalismo com seus leitores, pressupõe que o público creia nas notícias ou na reconstrução discursiva do mundo (Franciscato, 2005) como índice do real, conforme Traquina (1993). Apesar de a visão do jornalismo como espelho do real já estar superada, como lembram Benetti e Jacks (2001), essa ilusão continua no imaginário dos leitores ajudando a reforçar a credibilidade e legitimidade dessa prática discursiva.

Sabemos, porém, como reforçam Benetti e Jacks (2001), que o “jornalismo é uma narração do real medida por sujeitos (no exercício de suas subjetividades) e que as escolhas se dão da pauta à edição, passando pela apuração, pela seleção das fontes e pela hierarquização das informações”. Além disso, o jornalismo não tem um caráter meramente informativo de relato de fatos “materialmente incontestáveis”, como observa Cornu (1999, p. 340)². Seu papel, por outro lado, é também o de intérprete desses mesmos fatos aos quais confere visibilidade pública e para os quais reúne uma pluralidade de opiniões.

A problemática central deste artigo, a partir das considerações anteriores, é investigar a relação paradoxal que a verdade adquire no jornalismo. Ao mesmo tempo em que interessa para sua prática a interpretação dos acontecimentos,

em que está em jogo o sentido, a coerência interna, o ritual de coleta de informações, seu discurso continua a enunciar uma “fidelidade” à realidade externa. Acreditamos que a noção de verdade foucaultiana é especialmente útil para refletir, teoricamente, sobre esse paradoxo nas relações entre a prática e o discurso do jornalismo.

Primeiramente, descrevemos a noção de verdade em Foucault, dando destaque ao contexto histórico e filosófico em que ela foi formulada, aproveitando também para citar suas diferenças ante outras abordagens. Esse breve relato permite perceber o porquê de acionarmos a concepção foucaultiana para pensar a relação que o jornalismo estabelece com a verdade e os efeitos dessa verdade no conhecimento social da realidade.

A noção de verdade em Foucault

Tributário da conjuntura filosófica francesa da segunda metade do século XX, o pensamento de Foucault é marcado pela crítica mordaz ao caráter universalista do sujeito, ou seja, o modo pelo qual, de Descartes a Husserl, ele tem sido reconhecido como subjetividade a-histórica, autorreferente e absolutamente livre. Foucault não está interessado no sujeito como “fundamento da verdade e fonte universal de significação” (Candiotto, 2010, p. 16), ele quer justamente problematizar essas evidências: quem é o sujeito, o que é a verdade e a relação entre ambos, presentificando, ao invés de universalizar essa discussão.

No primeiro capítulo de *Microfísica do poder*, Foucault (1979, p. 12) escreve que a “verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder”. Esse trecho dá uma ideia do percurso pelo qual Foucault seguirá na análise do que ele entende por falso e verdadeiro, à medida que há um deslocamento do plano metafísico e universal para o mundo dos discursos e do presente. Foucault se afasta das tradicionais correntes lógico-epistemoló-

¹ Entendemos o conceito “leitura” de modo amplo, no sentido de interpretação, de produção de sentidos, da leitura que cada um faz de determinado dispositivo (jornal, revista, programa de TV, etc.), por isso, usamos a definição de “contrato de leitura” proposta por Verón (2004, p. 218): “todo suporte de imprensa contém seu dispositivo de enunciação: este último pode ser coerente ou incoerente, estável ou instável, adaptado a seus leitores ou mais ou menos inadaptado. No caso da imprensa escrita, denominaremos esse dispositivo de enunciação o contrato de leitura” [grifos do autor]. Ver também Charaudeau (2006), que conceitua o termo contrato de comunicação como as condições presentes em qualquer troca linguageira que devem ser reconhecidas por ambos os interlocutores.

² Para Cornu (1999, p. 352), o jornalismo situa-se numa cadeia hermenêutica. “O jornalista move-se num mundo que é menos os dos factos e mais o das opiniões [...]”

gicas³ e se alia a uma vertente histórica. Como escreve Candiotti (2010, p. 17, grifo do autor):

Renunciando enunciar verdades sobre o sujeito que valham universalmente e para todos os tempos, a genealogia do sujeito moderno tem como papel diagnosticar o que somos e “o que significa hoje dizer o que dizemos.”

A articulação entre sujeito e verdade não preexiste aos saberes e práticas. Para Foucault é “o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e o constitua como objeto para o pensamento” (Foucault in Candiotti, 2010, p. 18). Foucault sempre inseriu sua reflexão na história, como ele próprio escreveu, “[...] uma vez que o ser humano se tornou, de parte a parte, histórico, nenhum dos conteúdos analisados pode ficar estável em si mesmo nem escapar ao movimento da História [...]”. O conceito de verdade foucaultiano, como o de sujeito, está circunscrito na história ou, se preferirmos, no conjunto de práticas discursivas e não discursivas de dado momento histórico.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias de distinguir enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 1979, p. 12, grifos nossos).

Podemos aproximar Foucault às abordagens sócio-construtivistas que relativizam a noção de verdade, situando-a como um produto de discursos e consensos. Os críticos mais ferrenhos dessa visão relativista afirmam que nem o consenso nem o poder são critérios suficientes para atribuir valor de verdade a um enunciado. A ideia de que seja possível chegar à verdade pelo consenso ou por jogos de poder não leva em conta o fato de que existem verdades que não são aceitas pela maioria de um grupo e mesmo assim são

verdadeiras, como salienta Goldman (1999): “A verdade não precisa de consenso total para ser verdadeira, nem precisa de ninguém que acredite nela”.

O fato é que o próprio Foucault coloca em xeque essa noção de verdade como consenso ou como efeito de jogos discursivos em que a disputa pelo poder tem lugar⁴. No primeiro capítulo de *Microfísica do poder* (1979), o significado da palavra verdade parece ser questionado o tempo todo, já que ela figura entre aspas em alguns casos, como nesta passagem:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade (Foucault, 1979, p. 14, grifos do autor).

O trecho acima indica que Foucault faz uma crítica à noção de verdade, ou melhor, ao status de “verdade” que ganham certos discursos em determinados períodos. Sua intenção, portanto, não é a de reduzir a importância do conceito. Pelo contrário, ele o utiliza por causa da força que imprime quando está colado a certos tipos de discursos. Tanto que ele aproximará a verdade do poder.

*Não se trata de libertar a verdade de todo o sistema de poder – o que seria quimérico **na medida em que a própria verdade é poder** – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas e culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Em suma, a questão política não é erro, a ilusão, a consciência alienada, é a própria verdade (Foucault, 1979, p. 14, grifos nossos).*

Certos enunciados, dependendo do local em que são proferidos ou de quem os declara, ganham o estatuto de “verdadeiro” mesmo não o sendo – por isso, o uso de aspas por Foucault. O significado de “verdade” e “verdadeiro” em Foucault pode ou não guardar semelhança com o sentido mais corriqueiro que

³ Sobre as correntes lógico-epistemológicas de verdade, ler Abbagnano (2007), Kirkham (2003), Chauí (2001).

⁴ A concepção de poder em Foucault difere da abordagem usual da linguagem cotidiana. Em *Microfísica do Poder* (1979, p. XVI), deixa claro que “É preciso parar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ele ‘reprime’, ele ‘recalca’, de censura’, ele ‘abstrai’, ele ‘mascara’, ele ‘esconde’. De fato, o poder produz: ele produz real, produz domínios, objetos e rituais de verdade. O poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade. E é justamente esse aspecto que explica fato de que tem como alvo o corpo humano, não para suplicia-lo, utilizá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo”.

a palavra assume como conformidade com o real, exatidão⁵. A palavra “verdadeiro” serve como uma justificação racional para o que consensualmente se acredita ser verdade, como uma qualificação de importância, de status na ordem discursiva, que pode ou não guardar relação com uma *verdade de fato*, com uma verdade que pode ser provada ou verificada por guardar certa semelhança com a realidade. Essa é uma das questões que pode nos ajudar a pensar a relação paradoxal que a verdade assume no jornalismo.

Em uma primeira leitura de sua obra, Foucault parece não reconhecer haver duas ordens de verdade, como identificamos no jornalismo. Leitor e admirador de Nietzsche, ele manterá a posição de que no jogo de regras e de poder que produz as verdades deixa de ser relevante a referência à natureza humana ou ao mundo, porque eles próprios inexistem como objetos já dados, sendo também efeito de forças heterogêneas do instinto e de práticas sociais⁶. Ou seja, para Foucault a própria natureza do mundo ou realidade à qual um enunciado verdadeiro poderia manter semelhança não existe objetivamente, não podendo ser feita tal comparação ou aproximação. Essa premissa que Foucault toma emprestado de Nietzsche, em nossa reflexão, problematiza ainda mais o lugar de verdade do jornalismo, por desconstruir esse lugar.

O pensamento do teórico não pretende definir analiticamente o grau de verdade de determinado discurso de uma época, para que se possa avaliar se ele é mais ou menos verdadeiro quando comparado ao de outra época. O objetivo da genealogia Foucaultiana⁷ é o de examinar quem tem o direito de dizer a verdade, por que certos discursos são valorizados a ponto de se tornarem verdades e quais os mecanismos que permitem distinguir o verdadeiro do falso, naquele momento em que a reflexão tem lugar⁸.

A verdade histórica de Foucault ou a história da verdade que ele apresenta ao analisar os

discursos tem a intenção de mostrar que a verdade, a falsidade, a vontade de saber não são conceitos neutros, naturais nem isentos de ideologias (Candiotto, 2010). Essa afirmativa nos leva a perceber que são as relações de poder e o contexto histórico que movem a “verdade” nos discursos.

Merece destaque também a reflexão desenvolvida em *A ordem do discurso*, por Foucault (1996), sobre a vontade de verdade⁹, apontado como um dos procedimentos de exclusão que atingem o discurso. Para o autor, essa vontade de verdade, apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e de coerção. Nesse sistema de exclusão, a vontade de verdade é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas, sendo a oposição entre o discurso verdadeiro e o discurso falso uma de suas estratégias (Foucault, 1996).

O discurso qualificado como verdadeiro é aquele que se impõe sobre outros discursos, relegando-os ao terreno do falso e do ilusório, instaurando assim uma ordem. A “ordem do discurso” seria o critério normativo para impor significações, identificar normalidades e patologias, dizer o que é verdadeiro e o que é falso, o que está certo e o que está errado, ou seja, opera fazendo essas separações. Para Foucault (1996), na sociedade moderna há uma necessidade de controlar a proliferação dos discursos, e que, por essa razão, seus poderes são conjurados, sua seleção efetuada por procedimentos excludentes que, por sua vez, estabelecem o regime¹⁰ daquilo que é considerado verdadeiro num domínio determinado.

A seguir, são exploradas as contradições da verdade no discurso jornalístico que, apesar de adotar como pressuposto a existência de uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida e transformada em relato, está sujeita a condicionantes econômicos e políticos que colocam permanentemente em risco esse ideal.

⁵ No Dicionário Aurélio (Ferreira, 1999), *verdade aparece como conformidade com o real, exatidão, representação fiel de alguma coisa da natureza, realidade. Na Filosofia, esse sentido se aproxima ao da teoria da verdade como correspondência.*

⁶ *Uma das afirmações mais conhecidas de Nietzsche que explicitam essa visão é a de que “Não há fatos, só interpretações”, na obra A Vontade de Poder (2008), reunião de manuscritos de 1880.*

⁷ *A dificuldade da genealogia é a própria situação instável de seus objetos, os saberes marginais e ignorados, não contemplados pela epistemologia (Candiotto, 2010).*

⁸ *É fundamental, porém, que se compreenda a que verdade Foucault se refere, pois o conceito pode ter assumir mais de um sentido.*

⁹ *Foucault (1996) acrescenta que, além da vontade de verdade, existem mais dois sistemas de exclusão que atingem o discurso, que são: a palavra proibida e a segregação da loucura.*

¹⁰ *Sobre a definição de “regime de verdade”, ver Marocco (2010, p. 351-352).*

Em algumas situações, portanto, a verdade do jornalismo surge como efeito, agindo a favor de uma vontade de verdade já estabelecida socialmente que repercute na consolidação de um regime de verdade.

A “verdade” do discurso jornalístico e seu efeito na construção social da realidade

Pensar a verdade como um valor do jornalismo incide em refletirmos como o seu discurso impacta na nossa vida cotidiana e no conhecimento que temos da realidade. Segundo Berger e Luckmann (1997), a construção simbólica do mundo ocorre por meio da linguagem, ou seja, discursivamente, à medida que as instâncias sociais (como o jornalismo) se institucionalizam ao possuírem a capacidade de produzir discursos. Para os autores, esse processo realizado pela linguagem objetiva o mundo, construindo discursivamente aquilo que se constitui na realidade social. A crença da sociedade nesses discursos institucionalizados transformada em consenso é que constrói a legitimidade dessas instituições e da realidade social.

O jornalismo é uma dessas instâncias sociais que, ao longo das últimas décadas, conquistou legitimidade para descrever e interpretar discursivamente a realidade. Ao caracterizar o jornalismo, Franciscato (2005) destaca três princípios que singularizam e dão especificidade à sua prática e ao seu produto: (i) adoção como pressuposto da existência de uma ideia de verdade do real que pode ser apreendida nos seus aspectos principais por meio de técnicas jornalísticas e transformada em relato; (ii) compromisso normativo de cumprir esta tarefa de fidelidade ao real; (iii) produção de conteúdos que ofereçam a uma coletividade modos específicos de vivenciar situações num tempo presente. Na mesma direção, Traquina (1993, p. 168) sustenta que o público lê as notícias acreditando

que “elas são um índice do real” – o que sustenta um dos principais valores associados à sua prática, a objetividade.

A capacidade de fazer crer do jornalismo, de que aquilo que ele diz a respeito dos fatos e acontecimentos do mundo se constituem em verdades, de que fazem parte da realidade, é uma premissa do contrato de leitura/comunicação que o mesmo possui com a sociedade (Charaudeau, 2006; Verón, 2004). Assim, podemos perceber que o compromisso com a verdade, e esta com a realidade, está na base deontológica da profissão, contribuindo para sustentar o discurso sobre a prática jornalística.

Há certo discurso de consenso no jornalismo de que a verdade¹¹ mantém uma relação de correspondência ao real, aos eventos que reconstrói em forma de relatos jornalísticos. Como observa Charaudeau (2006, p. 88), o verdadeiro se estabelece segundo determinadas oposições. No caso do jornalismo, significar o verdadeiro seria produzir um valor de verdade por meio de um discurso que relata o que aconteceu em oposição ao que não aconteceu, o qual se configuraria um relato ficcional. O relato jornalístico verdadeiro também pode ser sustentado por outras três oposições levantadas por Charaudeau: verdadeiro significa dizer o que é exato (em detrimento do falso, do erro), revelar a intenção oculta (em vez de mascarar-la) e fornecer provas das explicações (ao invés de omiti-las). Em resumo, a verdade jornalística se caracteriza por ser uma verdade adjetiva e retórica, na medida em que precisa mostrar-se por meio de argumentos para ser percebida como tal (Sousa, 2002).

Assim, a noção de uma verdade que se sustenta por estar relacionada a uma realidade exterior perpassa a formação sócio-histórica do jornalismo. No entanto, a transformação dos eventos da realidade em relatos jornalísticos¹² é regrada por normas, valores e condicionantes organizacionais internos ao campo¹³ que definem o que será ou não pu-

¹¹ Segundo Meditsch (1997), o conceito de verdade como correspondência ao real também ampara o jornalismo como forma de conhecimento, uma vez que não há conhecimento baseado em falsidades.

¹² O termo relato jornalístico será aqui usado em sentido amplo, com vistas a incluir os gêneros jornalísticos como a notícia, as entrevistas, as reportagens, as notas, as colunas de opinião, as resenhas etc.

¹³ Segundo Bourdieu (1989, p.69), “compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absoluto do arbitrário e do não arbitrário os actos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir” [grifos do autor]. Assim, para o autor, as especificidades da prática de cada campo e suas relações de poder é que determinam a sua relação com os demais campos sociais/culturais.

blicizado (Silva, 2005)¹⁴. Os critérios e o tratamento dado aos eventos pelo jornalismo, como instituição social, são também fruto de circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais e, sob uma concepção foucaultiana, de jogos de poder. É neste sentido que a discussão sobre a relação do jornalismo com a verdade se torna mais complexa. Não é falso assumir que o jornalismo mantém conexão com uma verdade amparada em fatos¹⁵, mas essa definição pode ser insuficiente. Ao considerar os condicionantes internos e externos ao jornalismo enquanto prática discursiva é importante considerar que a verdade jornalística pode ser pensada, também, como um *efeito*. Concepção que iremos amparar em duas obras de Michel Foucault, *A ordem do discurso* (1996) e *Microfísica do poder* (1979).

Ao problematizar a verdade, um conceito caro à filosofia e ao jornalismo, Foucault (1996, 1979) defende que a análise do status de “verdadeiro” e “falso” dos enunciados não pode estar descolada do jogo histórico e de regras intrínsecas às práticas discursivas. O que se define como “verdadeiro” hoje pode não ser verdadeiro amanhã. Por essa razão, a “verdade” – que Foucault coloca em diversas passagens entre aspas – estaria mais para uma *consequência*, uma *impressão*, um *efeito* do que para um valor ou uma qualidade que possa ser comprovada mediante a análise de sua relação com a realidade.

A verdade no jornalismo também está sujeita a ser um mero *efeito* de estratégias de poder dentro e fora do seu próprio campo. Os relatos jornalísticos são parte e reproduzem uma ordem discursiva, que a partir de separações, dá significações a coisas e a situações conforme uma articulação de forças. Essa ordem discursiva identifica o que é verdadeiro e o que é falso, determinando o que pode e deve ser dito e quem tem o direito à palavra (Foucault, 1996).

Essa premissa de que as relações de poder têm relação direta com uma ordem discursiva poder ser identificada em diversos estudos, especialmente os que investigam as fontes jornalísticas. Conforme Serrano (1999), “a literatura sobre a cobertura jornalística de acontecimentos de rotina tende a confirmar a preponderância das fontes ligadas às elites do

poder, relativamente a outras fontes”. Tal conclusão está implícita nos trabalhos de Herbert Gans (2004) e Gaye Tuchman (1978). Além destes trabalhos, o teórico Léon Signal (1973) (*in* Serrano, 1999) mostrou que a maioria das matérias de primeira página dos dois principais jornais norte-americanos, o *New York Times* e o *Washington Post*, eram fortemente inspiradas por fontes governamentais, sendo que muitas delas tinham origem em canais de rotina como conferências de imprensa, comunicados e outras iniciativas oficiais.

Podemos inferir a partir desses estudos e conforme a ótica de Foucault (1996, 1979) que as fontes oficiais, que na maioria das vezes detêm o poder econômico e político, contribuem para a instauração de uma ordem discursiva, que será a predominante no campo jornalístico. A detenção do poder, neste caso, lhes assegura um lugar privilegiado na esfera jornalística, que se torna dessa maneira reprodutora de uma visão hegemônica. Esse retrato da realidade social feito pelo jornalismo, porém, pode ter pouco a ver com os interesses do cidadão ou com a complexidade social, como observou Hall *et al.* (1993).

Dessa forma, as opiniões e os argumentos reproduzidos pelo jornalismo, tal como os sujeitos que os proferem, estão inseridos numa estrutura social que os modela. A “verdade” inscrita nesses relatos emerge, portanto, como consequência de regras institucionais e estratégias de poder como assinala Foucault. Seguindo nessa mesma linha, Benetti (2008) referenda essa afirmação ao dizer que: “Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção”.

Não é a ordem das palavras ou das coisas que condicionará esse efeito de verdade, mas a ordem discursiva (Candiotti, 2010). E este efeito de verdade guarda relação com a ideia de uma verdade como conformidade a uma regra ou a regras históricas, que não mais assume um caráter universal e a-histórico. É como se argumentos e opiniões pensados fora dessas regras não pudessem sequer ser considerados legítimos ou ao menos qualificados como “verdadeiros”. O jornalismo é, em si, “um mecanismo de poder, intimamente ligado à pro-

¹⁴ Sobre a discussão dos valores notícias e constrangimentos organizacionais, ver também Gomis (2002); Guerra (2004); Martini (2000); Wolf (1995).

¹⁵ Adotamos aqui a concepção de fato como eventos ou acontecimentos que realmente aconteceram (Johnston *in* Sponholz, 2009, p. 57), ou seja, que tem um status ontológico, não sendo uma proposição. É a mesma definição que adota Austin (1961) ao entender fatos como “alguma coisa no mundo”. Estes podem até serem objetos de uma proposição, desde que esta seja verdadeira, mas existem a priori (*in* Sponholz, 2009, p. 57).

dução de *determinados* saberes” (Vogel, 2008, grifos nossos). É possível, portanto, afirmar que o jornalismo contribui com o conhecimento social da realidade, mas esse conhecimento pode apresentar uma imagem muito específica da sociedade e de suas instituições.

Considerações finais

Seguindo uma análise foucaultiana, podemos compreender que o que faz o jornalismo reproduzir de uma ordem discursiva está relacionado a um conjunto de procedimentos regulados para a produção, repartição, circulação e funcionamento dos enunciados que ele mesmo acolhe e reproduz. No jornalismo, as regras intrínsecas responsáveis por essa seleção dos discursos são chamadas de critérios de noticiabilidade¹⁶. Podemos aproximar os critérios de noticiabilidade ao que Foucault (1996) chama de ritual. Foucault denomina ritual o conjunto de práticas visíveis que assumem o papel de definir a qualificação que devem possuir os indivíduos que “falam” de um determinado lugar institucional. O ritual “fixa a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção” (Foucault, 1996, p. 39).

No jornalismo, os critérios de noticiabilidade servem para selecionar os acontecimentos que serão publicizados, as fontes e as versões que serão divulgadas, o que impactará na construção de um regime de verdade – e no conhecimento social da realidade de uma determinada época. O ritual, no caso do jornalismo, definiria o comportamento, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso.

Os procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos existentes são, portanto, exercidos também pelo jornalismo enquanto discurso. São procedimentos ao mesmo tempo produtores de restrições ao que se diz, mas também de enunciados, ditos e repe-

tidos em certas circunstâncias. Têm como efeito a rarefação dos discursos (das possibilidades do dizer), mas também seriam formas de positividade, que produziriam o verdadeiro, o sensato, e, de modo mais geral, o que é dizível em circunstâncias específicas (Foucault, 1996). As condições de produção de discurso “verdadeiros” na sociedade, neste caso, não manteriam relação com uma realidade exterior, mas a jogos de poder e práticas discursivas, que o discurso jornalístico ajuda a instaurar.

Como revelou Schudson (2010, p. 187), a “objetividade como ideal tem sido usada, e ainda é usada, mesmo de forma dissimulada, como uma camuflagem para o poder”. A verdade no jornalismo pode ser “falseada” por pressão de anunciantes, por interesses políticos e econômicos, ou pela pressão do tempo durante o processo de produção dos relatos. Mas, apesar desses condicionantes econômicos e políticos, o jornalismo não está inviabilizado como um produtor de relatos sobre a realidade, pois seu lugar institucional está referendado por um jornalismo dito objetivo¹⁷.

É possível dizer que a legitimidade do discurso jornalístico está amparada, ao mesmo tempo, no lugar institucional que ocupa e num conjunto ritual de práticas cotidianas, que permitem que ele selecione a informação, as fontes, as versões que serão divulgadas. Essa legitimidade será fixada por uma suposta eficácia, construída por e pela prática ritual, por meio do que se denomina “efeito de verdade” – um “efeito de verdade” que não existe fora de um dispositivo enunciativo, no qual ele busca a adesão a um universo de pensamento e de “verdade”. Pode-se considerar ainda que, no caso do jornalista, o que está em causa não é tanto a busca de uma “verdade” em si, mas a busca de “credibilidade” para a sua atuação (Berger, 2003).

Ao pensarmos teoricamente as relações que o jornalismo estabelece com a produção da verdade, a partir da noção de verdade foucaultiana, percebe-se como em algumas situ-

¹⁶ Compreendemos noticiabilidade como todo e qualquer fato potencialmente capaz de agir no processo de produção da notícia: desde características do fato, julgamentos pessoais do jornalista, cultura profissional da categoria, condições favorecedoras ou limitantes da empresa de mídia, qualidade do material (imagem e texto), relação com as fontes e com o público, fatores éticos, e ainda circunstâncias históricas, políticas, econômicas e sociais (Silva, 2005).

¹⁷ Genro Filho (1987, p. 49) afirma que os fatos não são puramente objetivos, ma reconhece que eles pertencem à dimensão socio-histórica. Desta forma, alcança um entendimento que se torna útil para pensarmos a complexidade do conceito de verdade no jornalismo. Diz ele: “O julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social. Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento. Isso quer dizer que os fenômenos são objetivos, mas a essência só pode ser apreendida no relacionamento com a totalidade. E como estamos falando de fatos sociais, a totalidade é a história como autoprodução humana, totalidade que se abre em possibilidades cuja concretização depende dos sujeitos”.

ações, a verdade no jornalismo surge apenas como *efeito*, como resultado de estratégias ritualizadas, presentes nas práticas cotidianas às quais o jornalismo recorre para construir seus relatos. Ou seja, a verdade no jornalismo não se constrói unicamente através de sua referência ao real, aos fatos, mas é fruto de relações de poder e do contexto histórico que condicionam o seu aparecimento e tem repercussões importantes na construção social da realidade.

Referências

- ABBAGNANO, N. 2007. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1210 p.
- AUSTIN, J.L. 1961. Unfair to facts. In: J.L. AUSTIN, *Philosophical Papers*. Oxford, University Press, p. 102-122. Disponível em: <http://www.archive.org/stream/philosophicalpap013680mbp#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 10/01/2011.
- CORNU, D. 1999. *Jornalismo e verdade*. Lisboa, Instituto Piaget, 468 p.
- BENETTI, M. 2008. O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia*, 15:13-28.
- BENETTI, M.; JACKS, N. 2001. O Discurso Jornalístico. *Compós*. Disponível em: http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf. Acesso em: 10/11/2010.
- BERGER, C. 2003. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 223 p.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. 1997. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 239 p.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Editora Bertrand Brasil, 322 p.
- CANDIOTTO, C. 2010. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte, Autêntica Editora/Champagnat Editora, 173 p.
- CHARAUDEAU, P. 2006. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 285 p.
- CHAUÍ, M. 2001. *Convite à Filosofia*. São Paulo, Editora Ática, 440 p.
- FERREIRA, A.B. de H. 1999. *Dicionário Aurélio eletrônico*. São Paulo, Editora Nova Fronteira.
- FOUCAULT, M. 1979. *Microfísica do poder*. São Paulo, Graal, 295 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A ordem do discurso*. São Paulo, Edições Loyola, 79 p.
- FRANCISCATO, C.E. 2005. *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão/Aracaju, Editora UFS/Fundação Oviêdo Teixeira, 271 p.
- GANS, H. 2004. *Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Evanston, Northwestern University Press, 393 p.
- GENRO FILHO, A. 1987. *O segredo da pirâmide*. Porto Alegre, Tchê, 230 p.
- GOLDMAN, A. 1999. *Knowledge in a Social World*. Oxford, Oxford University, 407 p. <http://dx.doi.org/10.1093/0198238207.001.0001>
- GOMIS, L. 2002. Do importante ao interessante: ensaio sobre critérios para a noticiabilidade no jornalismo. *Pauta Geral*, 9(4):225-242.
- GUERRA, J. 2004. Uma discussão sobre o conceito do valor-notícia. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), II, Salvador, 2004. *Anais*. Salvador, UFBA. [CD-Rom].
- HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. 1993. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: N. TRAQUINA (org.), *Jornalismo: questões, teorias e histórias*. Lisboa, Vega, p. 224-248.
- KIRKHAM, R. 2003. *Teorias da Verdade*. São Leopoldo, Editora da Unisinos, 504 p.
- MAROCCO, B. 2010. Regimes de verdade (verbetes). In: C. MARCONDES FILHO (org.), *Dicionário de Comunicação*. São Paulo, Paulus Editora, 376 p.
- MEDITSCH, E. 1997. O jornalismo é uma forma de conhecimento? Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação (Bocc). Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso: 10/01/2011.
- NIETZSCHE, F. 2008. *A vontade de poder*. Rio de Janeiro, Contraponto, 576 p.
- SCHUDSON, M. 2010. *Descobrimos a notícia – Uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Vozes, 239 p.
- SERRANO, E. 1999. Jornalismo e elites no poder. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação* Disponível em: http://bocc.ubi.pt/pag/serrano-estrela-jornalismo-elites-poder.html#_ftn4#_ftn4. Acesso em: 08/01/2010.
- SILVA, G. 2005. Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, II(1):95-107. Disponível em: <http://200.144.189.42/ojs/index.php/estudos/article/viewFile/5931/5402>. Acesso em: 31/01/2011.
- SPONHOLZ, L. 2009. O que é mesmo um fato? Conceitos e suas consequências para o jornalismo. *Galáxia*, 18:56-69.
- SOUSA, A. de. 2002. A retórica da verdade jornalística. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-americo-retorica-verdade-jornalistica.pdf>. Acesso em: 01/02/2010.
- TRAQUINA, N. 1993. As notícias. In: N. TRAQUINA (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa, Vega, p. 167-176.
- TRAQUINA, N. 2005. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis, Insular, 224 p.
- TUCHMAN, G. 1978. *Making News: A Study in the Construction of Reality*. New York, Free Press, 244 p.
- VERÓN, E. 2004. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo, Editora Unisinos, 286 p.
- VOGEL, D. 2008. Sobre Foucault e o jornalismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO (SBPJor), VI, São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo, Unesp, 2008. Disponível em: <http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/coordenada2daisivogel.pdf>. Acesso em: 04/01/2011.
- WOLF, M. 1995. *Teorias da Comunicação*. Lisboa, Presença, 247 p.

Submetido em: 23/02/2011

Aceito em: 04/04/2011